

OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO CONTRAORDENACIONAL

Helena Magalhães Bolina
CEJ, Porto - maio 2018

A infração contraordenacional

Facto:

- Típico
- Ilícito
- Culposos
- Punível

O Facto Típico

- Identificação do/s acontecimento/s subsumíveis indiciariamente à previsão de uma norma contraordenacional
- A violação de um dever como facto típico nas contraordenações
- Imputação desses acontecimentos ao agente:
 - ✓ Imputação objetiva
 - ✓ Imputação subjetiva

O Facto Típico – Imputação objetiva

➤ Identificação dos agentes responsáveis:

- ✓ A responsabilidade das pessoas coletivas: art. 7.º

Parecer do CC da PGR n.º 11/2013 (DR, 2.º Série, 16.09.2013)

- ✓ O conceito extensivo de autor: art. 16.º/1

Acs TC 99/2009, 405/2009, 643/2009

➤ Relação entre o agente e o facto: contributo causal e conceito extensivo de autor

O Facto Típico – Imputação objetiva

- A configuração da omissão: relação com o modo de definição dos ilícitos
- A tentativa: art. 12.º RGIMOS
 - ✓ Decisão de praticar o facto
 - ✓ Prática de atos de execução
 - ✓ Ausência de consumação por razões alheias à vontade do agente
- A tentativa: art. 13.º RGIMOS
 - ✓ É necessária determinação legal expressa
 - ✓ Atenuação especial (art. 18.º/3: limites máximo e mínimo reduzidos a metade)

O Facto Típico – Imputação objetiva

A questão da acessoriedade administrativa:

- A violação de deveres *administrativos*
- Acessoriedade em relação:
 - ✓ À norma
 - ✓ Ao ato administrativo

O Facto Típico – Imputação subjetiva

- Dolo e negligência: 8.º/1
- Conteúdo do dolo e da negligência: arts. 14.º e 15.º CP, aplicável *ex vi* art. 32.º RGIMOS
- Tratamento conjunto dos erros de natureza intelectual no art. 8.º/2: exclui o dolo
- **Ac TC 405/2009, Ac. TRPorto, de 11.04.2012:** Fundamentação dos elementos subjetivos da infração

O Facto Ilícito

- Contrariedade do facto à ordem jurídica
- RGIMOS não identifica causas de exclusão da ilicitude, mas art. 8.º/2 reconhece a sua aplicação. Aplicação subsidiária do Código Penal.
- Aplicáveis todas as causas de exclusão de ilicitude previstas no Código Penal?
 - ✓ Legítima defesa
 - ✓ Direito de necessidade
 - ✓ Conflito de deveres
 - ✓ Consentimento

O Facto Culposo

- A referência à culpa foi incluída na definição do art. 1.º, apenas em 1995
- Art. 1.º: a culpa é um juízo de censura (*censurável*)
- Causas de exclusão da culpa previstas no RGIMOS:
 - ✓ Erro sobre a ilicitude não censurável 9.º
 - ✓ Inimputabilidade: 10.º, 11.º
- Aplicabilidade das restantes causas de exclusão da culpa previstas no Código Penal?

O Facto Punível

- Juízo de valor sobre a adequação e a necessidade de sanção.
- Causa de exclusão da punibilidade:

Desistência - 14.º e 15.º

Concursos: modalidades

Conduta	Normas violadas	
REAL	homogéneo	
	heterogéneo	
IDEAL	homogéneo	
	heterogéneo	
Consequências	Normas aplicadas	
APARENTE	Especialidade	
	Subsidiariedade	
	Consumção	Pura
		Impura
EFFECTIVO	Todas	

Concurso

➤ **Entre crime e contraordenação:**

- **Efetivo ideal:** punido a título de crime, aplicáveis as sanções acessórias da contraordenação - art. 20.º
- ✓ **Efetivo real:** punido por ambas as infrações
- ✓ Competência para o processamento é das autoridades criminais em todos os casos de concurso: art. 38.º

➤ **Entre contraordenações (real ou ideal):** punido por todas as contraordenações.

Determinação da medida da coima

- Proibição da *reformatio in peius*. Exceção nos regimes especiais.

Ac. TC 373/2015

- Circunstâncias a ponderar (18.º):

- ✓ Gravidade
- ✓ Culpa
- ✓ Situação económica
- ✓ Benefício económico

- Concurso efetivo: 19.º

- ✓ Cúmulo jurídico

OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO CONTRAORDENACIONAL

Helena Magalhães Bolina
CEJ, Porto - maio 2018